

## ENTREVISTA

### Homenagem ao Professor Dr. Selvino José Assmann (1945-2017): “O Romano Radical”

Selvino José Assmann

A entrevista com o Professor Doutor Selvino Assmann<sup>1</sup>, concedida a Dorva Rezende<sup>2</sup>, e publicada em 2015 no caderno *Subtrópicos* (n. 17, p. 6-7, 2015)<sup>3</sup>, trazida para o contexto das publicações da Revista *Perspectiva* em Dossiê que aproxima Filosofia, Arte e Educação como experiências em pensamento, constitui-se oportunidade singular de encontro com esse respeitável professor de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como lembrança da potência de seu pensamento na forma viva do diálogo. Entre tessituras do passado, do presente e do que há de vir, o Professor Selvino mobiliza a filosofia pelas esferas do mundo contemporâneo para pensarmos a dimensão do “homem social”. A seu modo, do que enuncia, traz certamente contribuições àqueles que buscam a formação e a profissionalização no campo da filosofia, da educação ou das artes; descentraliza ideias talvez “sacralizadas” tocando, em um tom de leveza, no registro do próprio papel social do filósofo defendido pelos autores que estuda. Diz Selvino: “*Para Foucault, o filósofo é um jornalista radical. Acho que com isso o Agamben concorda: que ser filósofo, ou pensar, significa fazer a ontologia do presente. É tentar entender o que está acontecendo hoje. Essa é tarefa mais difícil*”. Insistiremos, então, nesse desafio?

#### O Romano Radical

##### Dorva Rezende

Um dos maiores especialistas na obra de Giorgio Agamben no Brasil, o professor titular de Filosofia da UFSC, Selvino Assmann, fala, nesta entrevista, sobre as suas traduções dos livros do filósofo italiano, amigo de Elza Morante e Pier Paolo Pasolini, que proferiu uma concorrida conferência no auditório do Centro de Eventos da universidade há quase 10 anos. Assmann é professor da UFSC desde 1976, quando, de passagem por Florianópolis a caminho de Tubarão, onde pretendia lecionar na instituição que hoje é a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), leu no extinto jornal *O Estado* o anúncio de um concurso para professor de filosofia. Perto de completar 70 anos, Assmann passou boa parte da vida em Roma, desde o final dos anos 1960 até 1973, estudando Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana e, depois, de 1980 a



1983, quando fez o doutorado em Filosofia na Pontifícia Universidade Lateranense. Essa experiência em muito contribuiu para a tradução de certas peculiaridades do texto agambiano: “*É bom saber que o Agamben é um romano. E a gente entende isso pelos filmes do Fellini. Essa coisa de estar na sede do catolicismo e, ao mesmo tempo, viver numa cidade que é pagã*”.

**Dorva:** Como se deu a sua aproximação com a obra de Agamben?

**Selvino Assmann:** Eu vivi 13 anos em Roma e, por isso, tenho uma vinculação muito forte com a cultura italiana e uma certa intenção de fazer com que o Brasil não tivesse só contato com o pensamento francês. Fomos gauleses por muito tempo no Brasil, inclusive pela importância que a Universidade de São Paulo (USP) tinha. E a USP era França e Brasil. Depois virou anglo-saxônica e francesa, mas muito pouco italiana, a não ser pelas exceções como (Norberto) Bobbio e, sei lá, a obra de Maquiavel. Deve-se ressaltar que o pensamento italiano, na área de humanas, tornou-se mais significativo na Europa, principalmente a partir da segunda metade do século 20. Hoje temos um grupo de pensadores (italianos) que obtiveram um reconhecimento, a começar pelo Agamben, mas também Roberto Esposito, que só agora está sendo traduzido, pelo que soube. Tem o Paolo Virno e o (Maurizio) Lazzarato, que é um italiano que trabalha na França, cujas obras estão começando a ser traduzidas. E há uma singularidade que provém do meu interesse inicial pelo Antonio Gramsci, que depois se tornou muito divulgado no Brasil. Ele se tornou uma referência importante, mesmo com toda a crise que experimentou o pensamento, digamos, de esquerda. Fernando Henrique, por exemplo, quando era presidente, falava de Gramsci adoidado. Lembro-me muito bem de uma entrevista em que ele usa Gramsci 23 vezes – guardei muito bem esse número – publicada nas “páginas amarelas” da *Veja*, no tempo em que eu lia a revista (risos). Bom, mas em relação ao Agamben, o meu interesse veio, obviamente, bem depois. Acho que o início de leitura foi com o convite feito pela editora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para traduzir o livro *Stanze (Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental, 2007)*, que é um dos primeiros livros do Agamben que me deu uma trabalhadeira enorme, porque ele usa latim antigo, espanhol antigo, francês antigo e, muitas vezes, ele não se preocupa em colocar a tradução nem em italiano.

**Dorva:** Quais são as obras, além de *Pilatos e Jesus*, cujas traduções estão sendo preparadas sob a sua coordenação, e que serão lançadas aqui, nessa série da Boitempo com a EdUFSC? O que o senhor destacaria nelas?

**Assmann:** Vai sair *Mistério do Mal*, que é um livro que tem como ponto de partida o fato de Bento XVI ter pedido demissão do cargo de Papa. Resultado de uma conferência que Agamben fez numa universidade da Suíça que, pode parecer paradoxal, lhe estava concedendo o título de doutor Honoris Causa em Teologia. É um livro muito instigante, porque ele aproveita para discutir o pedido de demissão do Papa, além de chamar atenção para verificar em que outros momentos da história da Igreja Católica Romana isso já aconteceu. Ele compara o texto do pedido de demissão do Papa Gregório XII (que renunciou em 1415) com o pedido de demissão de Bento XVI, muito parecidos. E Agamben aproveita para discutir, sobretudo, a distinção entre legalidade e legitimidade na política. Muita gente legalmente governa, por exemplo, numa democracia representativa, mas nem sempre esses governos são legítimos. Não existe legitimidade para governar, mas há lei, legalmente se tem um mandato de tantos anos. Por isso mesmo ele disse que Bento XVI está sendo um exemplo para os governantes de hoje, porque, diz Agamben, se um governante, mesmo estando legalmente no poder, percebe que não tem mais condições, de fato, de ser um legítimo bom governante, que peça demissão.

**Dorva:** Na apresentação do *Profanações*, o senhor disse que ele assumiu a tarefa de alargar o trabalho de Foucault, em campos que ele não tinha explorado direito em religião. Qual a importância do trabalho de Agamben no pensamento contemporâneo?

**Assmann:** Agamben é um pensador que procura uma radicalidade que acho que todos os outros contemporâneos não têm. E não teria tanto receio em dizer, mesmo que alguns leitores dele talvez não concordem, que Agamben é alguém que chega muito próximo de querer formular uma metafísica. Ele quer chegar à uma raiz, por exemplo, da compreensão da realidade contemporânea, uma raiz da cultura ocidental. E, por isso, não só o enorme retorno que ele faz a Aristóteles, mas também o retorno que faz para buscar essas raízes também na tradição judaico-cristã. Na conversa que tive pessoalmente com ele, quando estive aqui em Floripa (em 2005), ele disse que o livro que mais gostou de escrever é *Il Tempo Che Resta*, que é o comentário sobre as dez primeiras frases da carta de São Paulo aos romanos. Isso me surpreendeu. É um livro de uma enorme competência, eu diria quase teológica, para discutir essa base judaico-cristã da cultura ocidental como algo que, de alguma forma, nunca desapareceu, como algo que continua presente. E, para isso, exatamente a ideia da profanação é importante. Porque profanação é um questionamento de uma leitura consagrada do século

19, século 20, de que se fala que a modernidade é secularização. E ele vai dizer, não é. A secularização não pode ser lida como a destruição do sagrado no mundo moderno, mas muito mais, tal como é entendida, a secularização é a transferência do sagrado de fora do mundo para dentro do mundo, que é um pouquinho da tradição hegeliana. Hegel vai dizer que, no fundo, a modernidade nada mais é que um grande cristianismo realizado. Tanto que os mentores do pensamento de Foucault, seus professores, Alexandre Kojève e Jean Hyppolite, são dois hegelianos. E Hegel é um pensador que, para mim, sempre foi importante. E Agamben, então, chama atenção para isso, que o mundo moderno é, no fundo, a sacralização do mundo. E é isso que precisa ser profanado. Você precisa devolver as coisas ao seu uso originário. E aí que está, me parece, a pergunta de Agamben: qual é esse uso originário? Questão que o leva a discutir coisas como: afinal de contas, o que é um ser humano?

**Dorva:** Nessa apresentação de *Profanações*, o senhor escreve que quem lê os livros de Agamben se sente interessado em saber o que ele quer dizer quando fala sobre o ser que vem, o ser humano que vem, a política que vem. Isso seria uma espécie de utopia agambiana?

**Assmann:** Sim, porque muitos dizem que Agamben é um niilista que deixa uma terra arrasada, como se não sobrasse nada daquilo que a gente consagrou como forte, importante, como determinante da vida, do ser humano, do sentido da vida e tal. E nesse chão arrasado, se a gente usar essa expressão, não sei se é a melhor, é que surge alguma coisa que pode aparecer, que é entrevisto, não se percebe bem o que é, algo que vem, mas é, também, por exemplo, um messias que vem. Isso tem a ver com a presença de um conceito de messianismo na obra do Agamben. E a ideia de messianismo provém, para ele, da sua vivência em Roma, mas, também, da sua familiaridade com a tradição judaica e com o pensamento de Walter Benjamin. Messianismo não é simplesmente algo que vem, não é simplesmente algo que está totalmente ausente e que um dia vai aparecer, mas é algo cuja presença se sente muito mais pelo fato de a gente se perceber ausente, eu diria assim. E nessa presença de algo percebido como ausente é que é o que vem, o messias que vem, comunidade que vem, política que vem e tal. E no livro *A Comunidade que Vem* aparece muito fortemente a ideia de comunidade como uma contraposição à ideia de sociedade. E isso remete a alguma coisa bem antiga que é a ideia da pólis, algo que é vivido em comum, mas também algo que é fruto da insatisfação com o que é a sociedade, a soma de indivíduos um ao lado do outro. É uma certa crítica,

também, àquilo que caracteriza a modernidade como primazia do indivíduo sobre qualquer outra coisa.

**Dorva:** Em 2005, ano em que o *best seller* de não ficção no Brasil era um livro chamado *O Monge e o Executivo*, uma espécie de manual de autoajuda para administradores de empresa, Agamben realizou uma conferência aqui na UFSC na qual abordou e ampliou conceitos do fragmento póstumo de Walter Benjamin que trata do capitalismo como religião. Pouco depois, Agamben formularia a frase: “Deus não morreu, ele tornou-se dinheiro”. O que o senhor poderia falar sobre a crítica ao capitalismo na obra de Agamben?

**Assmann:** É uma crítica muito radical. Eu arriscaria dizer que é mais radical do que a gente poderia fazê-la a partir de Marx, porque Marx, num certo sentido, continua moderno, continua falando do trabalho como base, como aquilo por meio do qual o ser humano se torna humano. Para Agamben, não passa por aí. Porque ele tenta, ou procura insinuar, pelo menos, a necessidade de que a gente retome outro tipo de pergunta, o questionamento radical da ideia de propriedade, feito um pouco em companhia dos franciscanos em *Altíssima Pobreza*, e que vai explorar exatamente essa tentativa que aconteceu no século 13 de uma determinada comunidade religiosa que propôs o seguinte: para viver, para usar as coisas do mundo, a gente não precisa ser proprietário delas. Se existe um pé de laranja, eu não preciso ser proprietário da laranjeira para poder comer a laranja, um pouco assim, posto muito simploriamente. E os franciscanos diziam que não queriam ser nem donos do próprio vestuário, que eles não tinham nada como próprio, tinham tudo em comum. Essa ideia dos franciscanos foi contestada no século 13 pelo Papa João XXII, que formulou um documento declarando que não é possível ao ser humano viver sem ser proprietário. Há um grupo de italianos que diz que Agamben leu erradamente os franciscanos, mas existe um grupo de historiadores, na Itália e não só lá, que defende que o capitalismo nasceu no século 13.

**Dorva:** A obra mais conhecida do filósofo italiano é *Homo Sacer*, na qual ele faz uma relação entre o poder soberano, aqui entendido como poder político, e a vida nua, a vida natural, que seria, segundo Agamben, o fundamento negativo do poder. De que forma ele trabalha esses dois opostos?

**Assmann:** Acho que a ideia do Agamben é dizer que toda política no Ocidente sempre gerou vida nua. E a vida nua é a redução dos seres humanos à condição de não existência, de não ter

direito à vida biológica. Isso está, inclusive, no livro *O Uso dos Corpos*. Às vezes, tenho a impressão de que Agamben está dizendo: “Eu não estou satisfeito com aquilo a que cheguei, ninguém pode dizer que minha obra tem uma leitura definitiva da realidade. Eu sou alguém que tenta entender o nosso tempo”. Nisso ele é foucaultiano. Para Foucault, o filósofo é um jornalista radical. Acho que nisso o Agamben também concorda, que ser filósofo, ou pensar, significa fazer uma ontologia do presente. É tentar entender o que está acontecendo hoje. E essa é a pergunta mais difícil de responder. Nisso ambos têm uma certa filiação com as coisas já ditas por Nietzsche. Na história da filosofia existe, eu diria, um silêncio sobre a economia. Desde o início da filosofia, quase todos os filósofos se interessam pela política, saber o que é a política, qual é uma política legítima. Mas a economia, não. Por isso, com toda razão, ele volta a Aristóteles, porque foi um dos poucos que tentou responder a pergunta sobre que é o econômico. Na experiência democrática ateniense, a vida pública valia mais que a vida privada. Na vida moderna, o privado se tornou mais importante, e a política passou a estar a serviço da vida privada. Na Grécia, era ao contrário, era a vida privada que tinha de estar a serviço da pública. Eu creio que é uma ideia com a qual, mais ou menos, o Agamben compartilha. No livro *O Uso dos Corpos*, o primeiro capítulo é uma análise sobre como Aristóteles lia a escravidão.

**Dorva:** Em alguns países, como a Alemanha, por exemplo, a obra de Agamben tem suscitado alguma polêmica, principalmente quando ele traça a íntima solidariedade existente entre democracia e totalitarismo. Alguns dos últimos acontecimentos, na Europa e no Brasil, em particular, tem corroborado essa provocação agambiana. O senhor poderia explicar esse ponto?

**Assmann:** Eu creio que o que se tornou polêmico foi Agamben apresentar o campo de concentração como paradigma da política atual. É mais ou menos como dizer que nós continuamos sendo nazistas, de alguma forma, ou, em algum sentido, o nazismo não está morto. Ele não terminou com o fechamento dos fornos dos campos de concentração. E ele dá alguns exemplos: Guantánamo e a situação dos refugiados hoje, que é um problema enorme dentro da Europa. Na Itália, atinge especificamente a questão dos *roms*, dos ciganos que vivem por lá. A mesma coisa de que ele acusa os Estados Unidos, ao exigir o carimbo, também a Itália exige que os filhos de ciganos, dos *roms*, como diz o italiano, tenham que ser registrados biologicamente. Embora o governo italiano diga que isso é para poder ajudar essas

crianças, isso é para controlá-los. Tem a ver com a crítica que Agamben faz à primazia ou à importância que adquiriu o tema da segurança. Assim como ele diz que o campo de concentração se tornou um paradigma da política moderna ou atual, a segurança é o novo nome da biopolítica. Aqui também passa como Agamben lê a biopolítica, que não são favas contadas. Penso que Foucault e Agamben se distinguem, se separam grandemente quando trabalham com a ideia da biopolítica. Para Foucault, a questão da biopolítica é uma coisa moderna, e, para Agamben, a biopolítica existe desde que existe política. E desde que existe política existe vida nua. É a transformação dos seres humanos em vida biológica, matável, e por isso é sacrificável. Então a segurança, para Agamben, sempre é um controle, assim como a biopolítica, mais do que tudo, é vista como algo que deve ser criticado. Outro autor que eu citei antes, o italiano Roberto Esposito, que usa tanto Agamben quanto Foucault, e tem a sua originalidade também, vai propor que biopolítica não seja simplesmente um domínio sobre a vida, mas seja vista como uma possibilidade nova de que a vida seja aquela que age, e isso que constituiria a política. Então, seria a política da vida e não a política sobre a vida, e aí a inspiração seria o Nietzsche, que vai dizer que toda a história Ocidental é um processo de repressão à vida. Porque a vida se torna um conceito central em Nietzsche, como um transfundo, na análise da moral, da ideia da morte de Deus, tudo isso é repressão à vida. Só que Nietzsche, literalmente, nunca diz o que é a vida, o que está sendo reprimido. E é isso que eu remeto à ideia da radicalidade de Agamben, de querer, sem ter medo de fazer uma metafísica, perguntar: afinal de contas o que é a vida? E nas últimas obras dessa série *Homo Sacer*, ele vai dizer que a vida é sempre uma forma de vida. Isso ele vê nos franciscanos. Na *Comunidade que vem*, ele vai apresentar como uma espécie de ideal aquele menino que se põe na frente do tanque da Praça de Tianamen, na China, que ninguém sabe o nome. É um sem nome. Ele diz que esse é o ser humano que vem. E aí a importância, também, nesse contexto, da ideia de resistência.

#### Notas

<sup>1</sup> Professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e um dos fundadores do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/PPGICH. Coordenou o PPGICH em duas gestões, de 1994 a 1997 e de 2012 a 2014. Orientou 41 dissertações de mestrado e 34 teses de doutorado. Faleceu no dia 1º de outubro de 2017.

<sup>2</sup> Mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), jornalista e editor do caderno *Subtrópicos* à época da entrevista. Nesta republicação da entrevista, mantivemos o texto original de Dorva Rezende.

<sup>3</sup> A *Subtrópicos* é uma revista da Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, sem caráter científico. A entrevista está disponível na versão digital do número: <[http://editora.ufsc.br/files/2017/01/Subtrópicos\\_n17.pdf](http://editora.ufsc.br/files/2017/01/Subtrópicos_n17.pdf)>.